

**ATA NÚMERO 307/XII/3.<sup>a</sup> SL**

Aos 10 dias do mês de setembro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 305, referente à reunião de 3 de setembro.
2. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 244/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – “Procede à segunda alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014)”.
3. Deliberação sobre eventuais audições a realizar no âmbito da situação do Banco Espírito Santo/Novo Banco.
4. Votação do relatório sobre a Petição n.º 313/XII/3.<sup>a</sup> – Não à privatização dos CTT, de iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.  
Relator: Senhor Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS).
5. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 418/XII/3.<sup>a</sup>, de iniciativa de António Jesus Figueira Mendes: Contra o encerramento da Repartição de Finanças de Grândola.  
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
6. Apreciação do Relatório de atividades da Comissão referente à 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa.
7. Apreciação e votação do Plano de atividades da Comissão e da respetiva estimativa orçamental, para a 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa.
8. Outros assuntos.

---

**1. Apreciação e votação da ata n.º 305, referente à reunião de 3 de setembro.**

A [ata n.º 305](#), referente à reunião de 3 de setembro, foi aprovada por unanimidade.

**2. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 244/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – “Procede à segunda alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014)”.**

Apreciadas as propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP e BE à [Proposta de Lei n.º 244/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), a Comissão procedeu à discussão e votação da iniciativa na especialidade. O registo das propostas de alteração, do quadro comparativo do articulado, da legislação em vigor e das propostas de alteração, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da Comissão.

**3. Deliberação sobre eventuais audições a realizar no âmbito da situação do Banco Espírito Santo/Novo Banco.**

O Senhor Presidente da Comissão recordou que o presente ponto transitara da reunião anterior, altura em que os Grupos Parlamentares de PSD e CDS-PP haviam proposto aguardar a clarificação do inquérito parlamentar para proceder à deliberação sobre o assunto em apreço.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou já ser conhecido o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito, estando a sua discussão agendada para a sessão plenária de 19 de setembro e com manifestações de sentido de voto favoráveis de todos os Grupos Parlamentares, termos em que, a haver audições, estas deveriam ocorrer na CPI.

O Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS) reiterou a proposta do PS e argumentação aduzidas anteriormente, considerando que a audição à CMVM deveria ter sido realizada logo após a audição do Banco de Portugal em agosto, mas que havia sido aceite o seu adiamento para setembro, na boa expectativa da sua concretização, considerando que as competências da COFAP em matéria de acompanhamento do setor financeiro não se encontram suspensas, e que outras instituições que não apenas as alvo da CPI foram afetadas no processo.

O Senhor Presidente considerou então que deveria ser submetida a deliberação a proposta do Grupo Parlamentar do PS, defendendo que as competências das comissões permanentes não ficam suspensas no âmbito da constituição de comissões parlamentares de inquérito.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) interveio para defender que não estão em causa as competências da COFAP, mas que audições sobre o caso BES deverão ser realizadas na CPI criada para o efeito.

Termos em que a proposta de audição da CMVM foi votada, tendo sido rejeitada com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP.

**4. Votação do relatório sobre a Petição n.º 313/XII/3.<sup>a</sup> – Não à privatização dos CTT, de iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.**

**Relator: Senhor Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS).**

O Senhor Presidente recordou que a votação fora adiada na semana anterior, tendo o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) suscitado esclarecimentos sobre as normas regimentais em matéria de votação de relatórios de petições, não sendo estas explícitas como no caso dos pareceres de projetos e propostas de lei. O Senhor Presidente recordou que a prática da Comissão é a de votar os relatórios, remetendo os mesmos para Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República com indicação dos resultados, quer no caso dos aprovados quer no caso dos rejeitados, recordando contudo que o regime jurídico do direito de petição nada refere quanto a votação do relatório, não se colocando em causa a apreciação da petição em Plenário. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou a prática de algumas Comissões de nomeação de um novo relator quando os pareceres de iniciativas legislativas são rejeitados, tendo o Senhor Presidente considerado não fazer sentido repetir as diligências que são efetuadas na tramitação de uma Petição, termos em que o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) propôs solicitar uma aclaração das normas regimentais sobre esta matéria, tendo sido consensual proceder a esse pedido, solicitando celeridade.

**5. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 418/XII/3.<sup>a</sup>, de iniciativa de António Jesus Figueira Mendes: Contra o encerramento da Repartição de Finanças de Grândola.**

**Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.**

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 418/XII/3.<sup>a</sup>](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relator o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).

**6. Apreciação do Relatório de atividades da Comissão referente à 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa.**

Sobre o relatório de atividades referente à 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa, elaborado nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, o Senhor Presidente deu nota que, por comparação com a síntese da atividade parlamentar da AR, era possível verificar que

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

a COFAP lidera no número de audições, audiências e diplomas aprovados, tendo menor desempenho nas deslocações e nos eventos, tendo o relatório sido favoravelmente apreciado.

**7. Apreciação e votação do Plano de atividades da Comissão e da respetiva estimativa orçamental, para a 4ª Sessão Legislativa.**

O Senhor Presidente deu nota que o Plano de atividades e respetiva orçamental, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 108.º do Regimento, procedia à atualização do documento homólogo referente à 3.ª Sessão Legislativa, após o que o mesmo foi votado e aprovado por unanimidade.

**8. Outros assuntos.**

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), informou que, na ausência do primeiro Vice-Presidente, agendara uma audiência solicitada à Comissão por parte da Comissão de Trabalhadores da CGD, não confirmada por parte desta estrutura apesar dos contactos efetuados, mas que estes se tinham deslocado à Assembleia da República, não se tendo realizado a audiência, com a anuência da estrutura de trabalhadores, pelo facto de os Senhores Deputados da COFAP não estarem avisados, sendo acordado conceder a audiência posteriormente, em data agendar.

O Senhor Presidente recordou que não houvera lugar à fixação da redação final do 2.º Decreto referente à Proposta de Lei n.º 239/XII/3.ª (GOV), prática contrária a dois casos anteriores na COFAP (em matéria de legislação sobre o regime de requalificação e sobre convergência de regimes de pensões). O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou as normas do Regimento sobre esta matéria, tendo sido acompanhado pelo Senhor Presidente, que recordou que em nenhum dos três casos havia sido seguida a norma do Regimento, ou seja, a existência de uma deliberação da Assembleia para que se proceda à redação final, termos em que informou a Comissão que solicitaria uma clarificação à Senhora Presidente da Assembleia da República sobre o entendimento aplicável.

A reunião foi encerrada às 17:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Palácio de São Bento, 10 de setembro de 2014

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Barbosa  
Isabel Santos  
João Galamba  
Jorge Paulo Oliveira  
José de Matos Rosa  
Nuno Reis  
Paulo Sá  
Pedro Jesus Marques  
Bruno Coimbra  
Carina Oliveira  
Conceição Bessa Ruão  
Mariana Aiveca  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Pimpão  
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo  
Sónia Fertuzinhos